



CÓDIGO DE ÉTICA E DE BOA CONDUTA



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

IRN instituto dos
registos
e do notariado

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Código de Ética de e Boa Conduta

(2014 – v.0)

PROPRIEDADE

Copyright © Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.
Documento não controlado após impressão

AUTOR

Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.

PAGINAÇÃO

Gabinete de Controlo de Gestão e Relações Externas

CONTACTOS

Av. D. João II, nº 1.8.01D
Edifício H
Campus da Justiça
Apartado 8295
1803-001 Lisboa
Tel: 217 985 500
Fax: 217 817 693
E-mail: dgrn@dgrn.mj.pt

Página oficial: www.irn.mj.pt

DATA DE PUBLICAÇÃO

2014/05/06

ÍNDICE

1	ÂMBITO DE APLICAÇÃO	7
2	PRINCÍPIOS GERAIS.....	11
2.1	Princípio do Serviço Público	11
2.2	Princípio da Legalidade	11
2.3	Princípio da Justiça e Imparcialidade	11
2.4	Princípio da Igualdade	12
2.5	Princípio da Proporcionalidade	12
2.6	Princípio da Colaboração e da Boa-fé	12
2.7	Princípio da Informação e Qualidade	12
2.8	Princípio da Lealdade e Cooperação	12
2.9	Princípio da transparência e da Integridade	13
2.10	Princípio da Competência e Responsabilidade.....	13
3	NORMAS DE CONDUTA A OBSERVAR NO RELACIONAMENTO COM O EXTERIOR	17
3.1	Relacionamento com o público.....	17
3.2	Relacionamento com fornecedores	17
3.3	Autonomia técnica	17
3.4	Acumulação de funções	18
3.5	Sigilo profissional.....	18
3.6	Impedimentos e incompatibilidades.....	18
3.7	Representação Institucional	19
3.8	Relacionamento com a comunicação social.....	19
4	NORMAS DE CONDUTA A OBSERVAR NAS RELAÇÕES INTERNAS	23
4.1	Relacionamento interpessoal, colaboração e espírito de equipa.....	23
4.2	Utilização dos Recursos	23
5	DISPOSIÇÕES FINAIS	27

Controlo de Documentos – Registo de alterações

Data	Versão	Descrição de alteração



ÂMBITO
DE APLICAÇÃO

1 ÂMBITO DE APLICAÇÃO



O Código de Ética e de Boa Conduta do Instituto dos Registos e do Notariado estabelece linhas de orientação em matéria de ética e conduta profissional para todos os trabalhadores que exercem funções ou atividades profissionais no Instituto dos Registos e do Notariado, IP (doravante designado, por IRN, IP) independentemente do regime de contratação constituindo, igualmente, uma referência para o público no que respeita ao padrão de conduta exigível ao IRN, IP no seu relacionamento com terceiros.

Consolida os princípios referenciadores do perfil ético dos seus trabalhadores, que constituem critérios de conduta profissional a observar.

Assegura a responsabilização e o compromisso dos interlocutores que, no âmbito da atividade da organização, promovem a consolidação do carácter ético subjacente à atuação dos seus colaboradores, não só entre si, mas, sobretudo, na relação com os parceiros e com a sociedade.

Constitui um instrumento de reafirmação dos mais relevantes princípios e valores pelos quais deve pautar-se a atuação do IRN,IP, bem como das normas de conduta a que os seus dirigentes e colaboradores se encontram sujeitos e assumem como intrinsecamente suas.

Tem por objetivo destacar a valia qualitativa do incremento da ética e das boas práticas na atuação inerente à organização e ao funcionamento da Instituição, a fim de que o aparelho administrativo, de suporte à atividade, se encontre qualitativamente apetrechado, eticamente reforçado e renovado no seu espírito e socialmente responsável nos seus métodos e nas suas práticas.





PRINCÍPIOS GERAIS

2 PRINCÍPIOS GERAIS

A atuação dos trabalhadores do IRN I.P., deve pautar-se pela lealdade para com o Instituto e deve ser honesta, independente, isenta e não atender a interesses pessoais.

Os trabalhadores devem pautar-se por padrões elevados de ética profissional e evitar situações suscetíveis de originar conflitos de interesse.

Independentemente da modalidade de constituição da relação jurídica ao abrigo da qual exercem as respetivas funções, os trabalhadores do IRN, IP estão, igualmente, sujeitos às Leis que regulam a atuação dos trabalhadores que exercem funções públicas, enquanto diplomas orientadores e obrigatórios.

São princípios gerais deste Código:

2.1 Princípio do Serviço Público

Os trabalhadores do IRN,IP, no desempenho das suas funções, encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade, dos cidadãos e das empresas, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses individuais, particulares ou de grupo.

A sua atividade deve ser orientada para a prossecução do interesse público, de modo a prestar um serviço de excelência que garanta o respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.



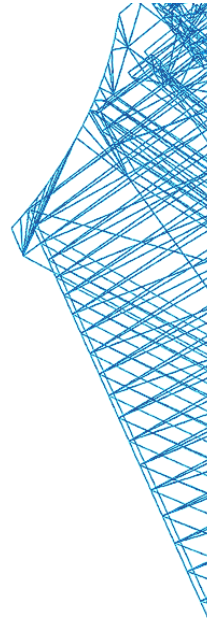
2.2 Princípio da Legalidade

Os trabalhadores do IRN,IP devem obediência à lei e ao direito, atuando em conformidade com os princípios constitucionais, com as normas legais e as instruções superiores.

2.3 Princípio da Justiça e Imparcialidade

Os trabalhadores do IRN,IP, no exercício da sua atividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo princípios de neutralidade e de equidade.

Devem atuar sempre de forma independente e isenta em relação a interesses particulares, afastando quaisquer tentativas de ingerência que visem condicionar o resultado final do trabalho que desenvolvem.



2.4 Princípio da Igualdade

Os trabalhadores do IRN/IP não podem praticar qualquer tipo de discriminação, designadamente, beneficiando ou prejudicando qualquer cidadão em função da sua ascendência, género, idade, incapacidade física, orientação sexual, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social.

2.5 Princípio da Proporcionalidade

Os trabalhadores do IRN/IP, no exercício das suas funções, só podem exigir aos cidadãos o necessário e indispensável à realização da atividade administrativa e registral.

2.6 Princípio da Colaboração e da Boa-fé



Os trabalhadores do IRN/IP devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa-fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade, bem como fomentar a participação destes no exercício da atividade administrativa e registral.

Devem, também, mostrar disponibilidade para abraçar novos desafios num contexto de diversidade funcional.

2.7 Princípio da Informação e Qualidade

Os trabalhadores do IRN/IP devem prestar, nos termos legais, a informação que lhes for solicitada, com ressalva daquela que, naqueles termos, não deva ser divulgada.

As informações ou esclarecimentos devem ser prestados de forma clara, simples, cortês e rápida, aplicando as competências técnicas e interpessoais adequadas.

2.8 Princípio da Lealdade e Cooperação

Os trabalhadores do IRN/IP, no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante, comprometendo-se a respeitar as normas e procedimentos estabelecidos, a atuar nos prazos determinados, procurando sempre corresponder às necessidades e expectativas do organismo e dos cidadãos.



Devem desempenhar adequadamente as tarefas que lhes são atribuídas pelos seus superiores hierárquicos e cumprir as instruções destes últimos, bem como facultar toda a informação ou conhecimento necessários ao desenvolvimento de atividades ou participação em tarefas por parte de outros colegas ou superiores hierárquicos.

Devem, ainda, promover o bom relacionamento interpessoal, em respeito pelo próximo, de forma a assegurar a existência de relações cordiais.

2.9 Princípio da transparência e da Integridade

Os trabalhadores do IRN,IP regem-se segundo valores de honestidade pessoal e de integridade de carácter, alicerçando a sua conduta em critérios objetivos e no exclusivo interesse público, não devendo praticar quaisquer atos suscetíveis de configurar, direta ou indiretamente, uma situação de conflito de interesses.

Devem agir em todas as situações de forma honesta, transparente e diligente, respeitando colegas, parceiros, instituições e cidadãos, combatendo ativamente todas as formas de corrupção, ativa ou passiva.

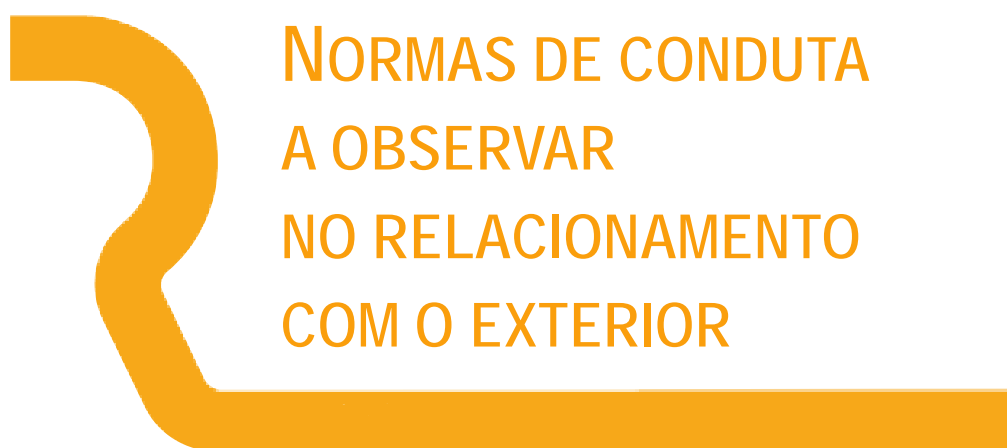


2.10 Princípio da Competência e Responsabilidade

Os trabalhadores do IRN, I.P., devem cumprir sempre com zelo, eficiência e de forma dedicada e crítica as responsabilidades e deveres que lhes estejam cometidos, empenhando-se na sua valorização profissional e no desenvolvimento permanente das suas capacidades e competências.

Devem atuar de forma a manter e reforçar a confiança do público no Instituto, contribuindo, desse modo, para o eficaz funcionamento e a boa imagem do organismo.





NORMAS DE CONDUTA A OBSERVAR NO RELACIONAMENTO COM O EXTERIOR

3 NORMAS DE CONDUTA A OBSERVAR NO RELACIONAMENTO COM O EXTERIOR

Os trabalhadores do IRN, I.P. estão impedidos de solicitar, receber ou aceitar, para si ou para terceiro, ofertas, favores ou outros benefícios, que excedam um valor meramente simbólico e que, de algum modo, estejam relacionados com as suas funções ou atividades.



3.1 Relacionamento com o público

Os trabalhadores do IRN I.P. devem evidenciar, no seu relacionamento com o público, disponibilidade, eficiência, correção e cortesia.

Devem ainda assegurar que os pedidos dos utilizadores dos serviços do Instituto sejam satisfeitos com celeridade e qualidade e que sejam prestadas as informações pretendidas de forma clara e compreensível.



3.2 Relacionamento com fornecedores

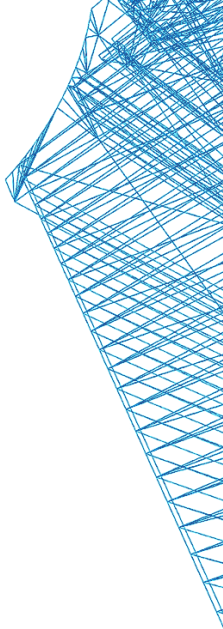
As relações com fornecedores devem desenvolver-se segundo processos de transparência e de estrita observância das condições acordadas, num clima de elevado sentido de exigência técnica e ética, com especial empenho quando estejam em causa relações contratuais de longa duração.

Os trabalhadores do IRN, I.P. devem abster-se de qualquer utilização abusiva de informação a que tenham acesso no âmbito das suas funções.

3.3 Autonomia técnica

Nos seus contactos com o exterior, os trabalhadores não devem solicitar ou receber instruções de qualquer entidade, organização ou pessoa alheia ao IRN, I.P, salvo indicação em contrário dos seus superiores hierárquicos e devem sempre informar estes últimos caso tenham conhecimento, no desempenho das suas funções, de quaisquer tentativas por parte de terceiros de ingerência na atividade desenvolvida, com o intuito de daí retirar vantagens para si ou para terceiros.





3.4 Acumulação de funções

Os trabalhadores do IRN, I.P. podem exercer, em acumulação, outras funções públicas ou atividades privadas não remuneradas ou remuneradas que sejam enquadráveis nas condições legalmente previstas e desde que devidamente autorizadas.

No exercício de atividades políticas, os colaboradores devem atuar de forma a preservar a independência e neutralidade das funções laborais que desempenham no IRN, I.P.

3.5 Sigilo profissional

Os trabalhadores do IRN, IP, mesmo depois de cessarem as suas funções, estão sujeitos ao sigilo profissional, em particular nas matérias que, pela sua especial importância, por virtude de decisão interna ou por força da legislação em vigor, não devam ser do conhecimento geral.

Devem usar de reserva e discrição em relação a factos e informações de que tenham conhecimento por via do exercício das suas funções, bem como respeitar as regras instituídas quanto à confidencialidade da informação.



Os trabalhadores do IRN I.P. que lidem com documentos que contenham informação nominativa, apreciações ou juízos de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada, ou que tenham acesso a este tipo de dados pessoais, devem garantir a confidencialidade dessa informação, não podendo utilizá-la para outros fins alheios ao desempenho das suas funções ou comunicá-la a pessoas não autorizadas.

As informações pessoais sobre os trabalhadores estão sujeitas ao princípio da confidencialidade, apenas a elas podendo ter acesso o próprio ou quem tenha como responsabilidade específica a sua guarda, manutenção ou tratamento da informação.

3.6 Impedimentos e incompatibilidades

Os trabalhadores do IRN, I.P. não podem exercer qualquer actividade que seja incompatível com as suas funções ou para as quais estejam impedidos, nos termos legais.



3.7 Representação Institucional

No exercício das suas funções ou atividades, os trabalhadores do IRN, I.P apenas representam o Instituto quando tal resultar diretamente da lei ou quando forem previamente autorizados ou indicados superiormente para esse efeito.



3.8 Relacionamento com a comunicação social

Quando esteja em causa a atividade e imagem pública do Instituto só é permitido aos trabalhadores do IRN, I.P conceder entrevistas ou fornecer informações que não estejam ao dispor do público em geral, por iniciativa própria ou a pedido dos meios de comunicação social, quando tenham sido indicados para esse efeito pelo Presidente do Conselho Diretivo do IRN I.P.

As informações prestadas aos meios de comunicação social devem possuir carácter informativo e verdadeiro, respeitar os parâmetros culturais e éticos da comunidade e a dignidade da pessoa humana, bem como contribuir para a valorização e dignificação da imagem do IRN I.P.



NORMAS DE CONDUTA A OBSERVAR NAS RELAÇÕES INTERNAS

4 NORMAS DE CONDUTA A OBSERVAR NAS RELAÇÕES INTERNAS

4.1 Relacionamento interpessoal, colaboração e espírito de equipa



As relações entre os trabalhadores do IRN, I.P. devem basear-se na confiança, na honestidade e no respeito mútuo.

O direito à reserva da intimidade da vida privada deve ser respeitado escrupulosamente.

Não são toleradas quaisquer formas de assédio moral, económico, sexual ou outro, bem como comportamentos intimidativos, hostis ou ofensivos.

Os trabalhadores que exercem funções de direção, coordenação e chefia devem orientar e instruir os

elementos que integram as suas equipas de forma clara e compreensível e definir-lhes objetivos e tarefas desafiantes, mas exequíveis.

Os subordinados devem respeitar os seus superiores hierárquicos e empenhar-se zelosamente em alcançar os objetivos e cumprir as tarefas que estes, no âmbito da missão do IRN I.P., lhes definam.

Os trabalhadores, nas relações interpessoais, devem atuar de forma colaborante, prestando apoio, partilhando informações e conhecimentos, devendo ainda assegurar que as solicitações formuladas, quer pelos serviços de registo, quer pelos serviços centrais, sejam satisfeitas com celeridade e qualidade, e que as informações sejam prestadas de forma rigorosa e completa.

4.2 Utilização dos Recursos

Os recursos físicos, técnicos e tecnológicos afetos à atividade do IRN, I.P, independentemente da sua natureza, destinam-se a ser utilizados, em exclusivo, no cumprimento da missão e objetivos do Instituto devendo os respetivos trabalhadores, no exercício da sua atividade, ser responsáveis pelo correto uso dos mesmos, adotando todas as medidas adequadas e justificadas no sentido da sua preservação e da racionalização de custos e despesas inerentes ao seu funcionamento.

Os trabalhadores do IRN, I.P devem, ainda, observar as normas ambientais existentes e reduzir, tanto quanto possível, eventuais impactos ambientais negativos e eventuais situações de risco para a saúde pública.





DISPOSIÇÕES FINAIS

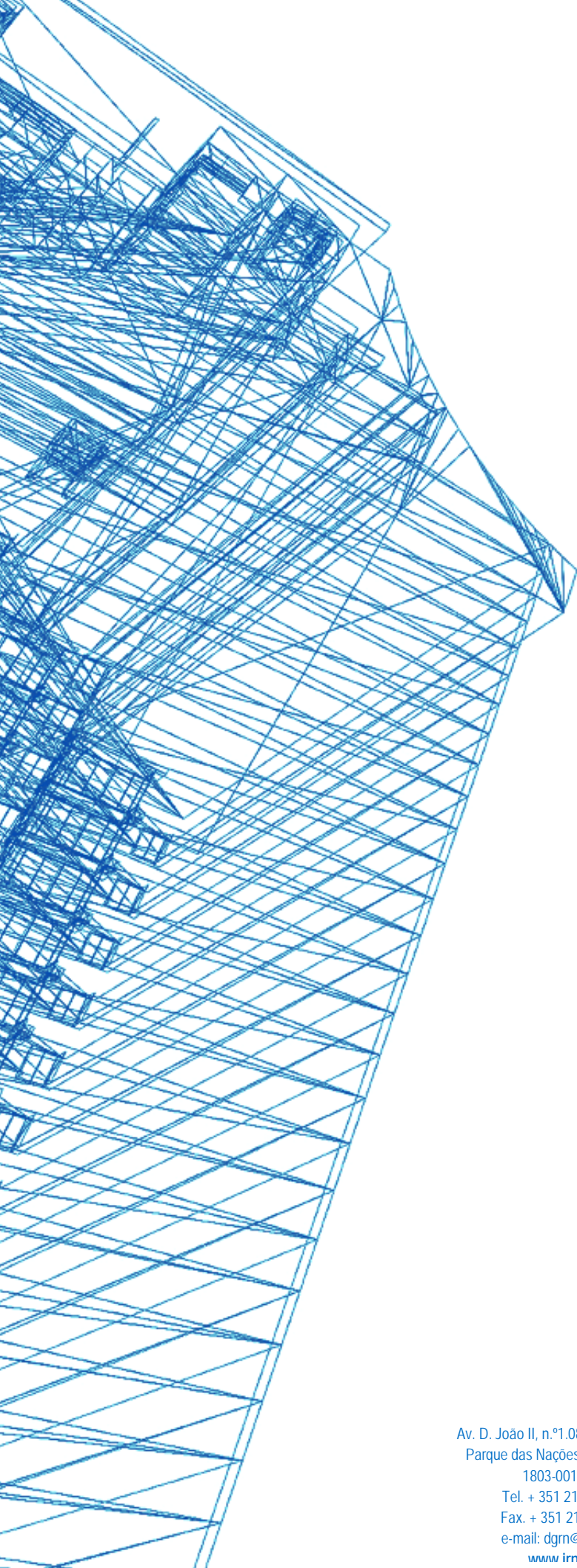
5 DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Código entra em vigor na data da sua publicação na página da intranet/internet.

O desrespeito ou incumprimento por parte de qualquer trabalhador do IRN, I.P. das normas de conduta constantes do presente Código poderá fazer incorre-lo em responsabilidade disciplinar ou outra aplicável, consoante a gravidade do caso.

A observância do presente Código não impede a aplicação simultânea das normas legais, gerais ou especiais, bem como as normas internas de conduta específicas e já em vigor no IRN,IP.





Av. D. João II, n.º1.08.01 D • Edifício H,
Parque das Nações , Apartado 8295
1803-001 Lisboa
Tel. + 351 21 798 55 00
Fax. + 351 21 781 76 93
e-mail: dgrn@dgrn.mj.pt
www.irm.mj.pt



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



instituto dos
registos
e do notariado